



Obrigações e Garantia dos Accionistas

OBRIGAÇÕES E GARANTIA DOS ACCIONISTAS

Entre:

1.

- (a) José de Mello Saúde, SGPS, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Carnaxide, na Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide, com o capital social de € 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 502 884 665;
- (b) Hospital CUF Infante Santo, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Carnaxide, na Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide, com o capital social de € 7.000.000,00 (sete milhões de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 500 142 742;
- (c) Hospital CUF Descobertas, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Carnaxide, na Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide, com o capital social de € 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 504 872 982;
- (d) Hospital CUF Porto, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Carnaxide, na Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide, com o capital social de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória

do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 508 963 150;

e

- (e) Somague Engenharia, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Sintra, na “SintraCascais Escritórios”, Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra, com o capital social de € 58.450.000,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 156 000;

(doravante designados, em conjunto e abreviadamente, por “**Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento**”)

e

2.

- (a) Somague Concessões de Infra-Estruturas, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Sintra, na “SintraCascais Escritórios”, Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714 -555 Sintra, com o capital social de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 508 824 931;
- (b) Somague Engenharia, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Sintra, na “SintraCascais Escritórios”, Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra, com o capital social de € 58.450.000,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 156 000;
- (c) Edifer Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Alfragide, no Edifício Edifer, Estrada do Seminário, n.º 4, 2610-171 Alfragide, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 500 090 114;



- (d) Edifer - Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Amadora, na Rua das Fontainhas, n.º 62, Venda Nova, 2700-514 Amadora, com o capital social de € 5.000.000,00 (Cinco milhões de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 502 879 424;

e

- (e) Quadrante Engenharia e Consultoria, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Lisboa, na Rua Lagares d'El Rei, n.º 19-A, 1.º esquerdo, Alvalade, 1700-268 Lisboa, com o capital social de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 504 092 502;

(doravante designados, em conjunto e abreviadamente, por “**Accionistas da Entidade Gestora do Edifício**”)

Os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício são também designados, em conjunto e abreviadamente, por Accionistas ou Garantes.

3. O Estado Português, neste acto representado pelo Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., neste acto representada pelo Presidente do Conselho Directivo, Senhor Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes, titular do Bilhete de Identidade n.º 6221996, de 16 de Outubro de 2003, do Serviço de Identificação Civil de Lisboa, com residência profissional na Av. Estados Unidos da América, n.º 77, 1749-096, Lisboa, (doravante designada por “**Entidade Pública Contratante**”)

Considerando que:

- (a) Na sequência do concurso lançado pelo Estado Português, a Entidade Pública Contratante celebrou, na presente data, com a Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Edifício, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Sintra, no “SintraCascais

Escritórios”, Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra, com o capital social de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 509 582 257;

(doravante designada por “**Entidade Gestora do Edifício**”) e com a Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., sociedade anónima de direito português, com sede em Vila Franca de Xira, na Rua Dr. Luís César Pereira, 2600-178 Vila Franca de Xira, com o capital social de € 100.000,00 (cem mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 509 582 222 (doravante designada por “**Entidade Gestora do Estabelecimento**”), o Contrato de Gestão relativo à concepção, ao projecto, à construção, ao financiamento, à conservação e à exploração do Hospital de Vila Franca de Xira;

- (b) O Caderno de Encargos do concurso referido em (a), bem como o Contrato de Gestão, estabelecem uma responsabilidade subsidiária para os Accionistas das Entidades Gestoras;
- (c) Não sendo os Accionistas partes do Contrato de Gestão, é necessário regular os termos e condições de tal responsabilidade perante a Entidade Pública Contratante.

É celebrado o presente Acordo, nos termos do qual os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício assumem as obrigações e prestam as garantias, nos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

1. Declarações e Garantias dos Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e dos Accionistas da Entidade Gestora do Edifício

Os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício declaram e garantem em benefício da Entidade Pública Contratante que:

- (a) Têm pleno conhecimento do Contrato de Gestão, a celebrar em 25 de Outubro de 2010, entre a Entidade Pública Contratante, a Entidade Gestora do Estabelecimento e a Entidade

Gestora do Edifício, o qual tem por escopo a concepção, a construção, a organização e o funcionamento do Hospital de Vila Franca de Xira, tendo em vista a realização de prestações de saúde promotoras, preventivas ou terapêuticas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, em regime de parceria público-privada, no âmbito do qual as referidas Entidades Gestoras assumiram diversas obrigações, quer para com a Entidade Pública Contratante, quer reciprocamente entre si (doravante designado por “**Contrato**”);

- (b) Sem prejuízo das obrigações por cada um assumidas perante a respectiva Entidade Gestora, nos termos e condições dos Acordos de Subscrição e Realização de Capital celebrados, cada um dos Accionistas reconhece e aceita a obrigação de reforçar os fundos próprios da Entidade Gestora da qual seja accionista, sempre que esteja em causa o cumprimento pontual do Contrato (doravante o “**Reforço de Fundos Accionistas**”), em resultado da verificação de qualquer uma das condições identificadas na Cláusula 3.^a do presente Acordo, e sujeito ao Montante Máximo fixado na Cláusula 2.^a;
- (c) Sujeito ao Montante Máximo fixado na Cláusula 2.^a, garantem, em benefício da Entidade Pública Contratante, o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas no Contrato pelas Entidades Gestoras (doravante a “**Garantia do Contrato**”), nos termos da Cláusula 4.^a;
- (d) Os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício declaram e garantem que têm capacidade para celebrar e executar o presente Acordo, nos termos e condições dele constantes, tendo obtido todas e quaisquer autorizações dos respectivos órgãos sociais competentes para o efeito, bem como das Entidades Gestoras, se necessário.

2. Montante Máximo

O montante máximo agregado da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas e da Garantia do Contrato tem como limite global o valor de 10.000.000,00 Euros (dez milhões de euros) (doravante o “**Montante Máximo**”), reduzindo-se este na exacta medida dos montantes que forem realizados por qualquer Accionista a título de Reforço de Fundos Accionistas e/ou pagos em resultado da execução da Garantia do Contrato.

3. Reforço de Fondos Accionistas

- 3.1 Os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento obrigam-se, perante a Entidade Pública Contratante, a realizar a favor da Entidade Gestora do Estabelecimento, fundos próprios, mediante entradas em dinheiro, até ao Montante Máximo, sempre que as contas anuais auditadas apresentadas por aquela Entidade Gestora evidenciem que um valor superior a 40% do saldo das contas de passivo relativas a fornecedores e outros credores se encontra em mora por período superior a 150 dias, ou que existe um atraso superior a 30 dias no pagamento das retribuições de trabalhadores.
- 3.2 Por sua vez, os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício obrigam-se, perante a Entidade Pública Contratante, a realizar a favor da Entidade Gestora do Edifício, fundos próprios, mediante entradas em dinheiro, até ao Montante Máximo, sempre que as contas anuais auditadas apresentadas por aquela Entidade Gestora evidenciem que um valor superior a 40% do saldo das contas de passivo relativas a fornecedores e outros credores se encontra em mora por período superior a 150 dias, ou que existe um atraso superior a 30 dias no pagamento das retribuições de trabalhadores.
- 3.3 Verificada qualquer uma das condições enunciadas no n.º 3.1 e/ou no n.º 3.2. da presente Cláusula, a Entidade Pública Contratante enviará aos Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou aos Accionistas da Entidade Gestora do Edifício, consoante o caso, uma notificação devidamente fundamentada, exigindo o cumprimento da obrigação de Reforço de Fondos Accionistas da respectiva Entidade Gestora, considerando-se, para todos os efeitos, tal notificação como conclusiva. Na sequência desta notificação, os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício, consoante o caso, ficam conjuntamente obrigados a reforçar os capitais próprios da respectiva Entidade Gestora em causa, na proporção da sua participação no capital social, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua receção até ao referido Montante Máximo, o qual é global para ambas as Entidades Gestoras.
- 3.4 A notificação referida no número anterior deverá incluir (i) os fundamentos de execução da garantia; e (ii) a liquidação da quantia a pagar.



4. Garantia do Contrato

- 4.1 Pela presente, os Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e os Accionistas da Entidade Gestora do Edifício (doravante designados, em conjunto, por “Garantes”) garantem, de forma incondicional e irrevogável, a favor da Entidade Pública Contratante, até ao Montante Máximo, o pontual e integral cumprimento de todas as obrigações que, para cada uma das Entidades Gestoras, decorram do Contrato.
- 4.2 Os Garantes obrigam-se, assim, na proporção estabelecida no nº 4.3 *infra*, a efectuar o pagamento à Entidade Pública Contratante, por uma ou mais vezes, de qualquer quantia por esta indicada até ao limite do Montante Máximo, em conformidade com os parágrafos seguintes:
- (a) O accionamento da Garantia do Contrato apenas poderá ter lugar em caso de incumprimento não sanado, por qualquer uma das Entidades Gestoras, de quaisquer obrigações emergentes do Contrato e encontra-se sujeito à excussão prévia do respectivo património, pelo que a notificação a accionar a garantia, assinada pela Entidade Pública Contratante, deverá incluir a identificação do incumprimento do Contrato de Gestão, cópia da notificação à Entidade Gestora inadimplente para sanção do incumprimento, a liquidação da quantia devida em função de tal incumprimento, e a menção de que o património da Entidade Gestora incumpridora se revelou insuficiente para o cumprimento integral das obrigações incumpridas, considerando-se para todos os efeitos, tal notificação como conclusiva, salvo erro manifesto;
 - (b) Os pagamentos a efectuar pelos Garantes à Entidade Pública Contratante, ao abrigo da presente Garantia do Contrato, serão pagos no prazo de 30 dias a contar da recepção da notificação referida na alínea anterior e deverão ser processados através de transferência bancária para a conta constante da referida notificação;
 - (c) Os Garantes procederão ao pagamento das quantias que lhes forem solicitadas pela Entidade Pública Contratante independentemente de prévia notificação, autorização ou concordância das Entidades Gestoras.

- 4.3. Para efeitos da Garantia do Contrato, não poderá ser exigido a nenhum Accionista (i) qualquer montante por incumprimento da Entidade Gestora de que não é accionista e, (ii) em relação ao incumprimento de Entidade Gestora da qual é accionista, qualquer montante que exceda o resultante da aplicação da percentagem da sua participação no capital social da Entidade Gestora incumpridora ao valor do Montante Máximo da Garantia do Contrato.

5. Disposições Comuns

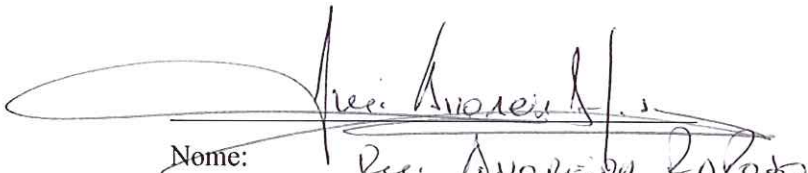
- 5.1 Todas as notificações e outras comunicações efectuadas ao abrigo desta garantia deverão ser emitidas em português, por escrito, e enviadas por correio registado com aviso de recepção, para as moradas dos Accionistas da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou dos Accionistas da Entidade Gestora do Edifício acima referidas, considerando-se como recebidas na data desse aviso.
- 5.2 As obrigações emergentes do presente Acordo são pessoais e intransmissíveis, pelo que não poderão ser transferidas ou cedidas, no todo, ou em parte, salvo autorização, expressa e por escrito, da Entidade Pública Contratante.
- 5.3 Se alguma das disposições do presente Acordo for julgada nula ou ilegal, manter-se-ão em vigor as restantes, com as adaptações que se revelarem necessárias.
- 5.4 O presente Acordo só poderá ser alterado com o prévio acordo, expresso e por escrito, da Entidade Pública Contratante.
- 5.5 As obrigações emergentes do presente Acordo tornam-se eficazes na presente data e manter-se-ão válidas até à data da extinção do Contrato de Gestão.
- 5.6 Autorizada a alienação da totalidade da participação de um Accionista na respectiva Entidade Gestora, nos termos e condições constantes do Contrato de Gestão, cessarão, apenas e exclusivamente no que diz respeito a esse Accionista, as obrigações para ele emergentes do presente Acordo.

5.7 O presente Acordo é regulado e interpretado em conformidade com a Lei Portuguesa.


5.8 Todas as questões emergentes do presente Acordo, designadamente as relativas à interpretação e aplicação das suas cláusulas, serão dirimidas por arbitragem, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto na Cláusula 137.^a do Contrato de Gestão, que todas as Partes declaram conhecer.

Feito, em Lisboa, aos 22 de Outubro de 2010, em 7 originais.

Pela José de Mello Saúde, SGPS, S.A


Nome: Rui Alexandre Ramos
Qualidade: ADMINISTRADOR


Pelo Hospital CUF Infante Santo, S.A.


Nome: Rui Alexandre Ramos
Qualidade: ADMINISTRADOR

Pelo Hospital CUF Descobertas, S.A.

Nome:

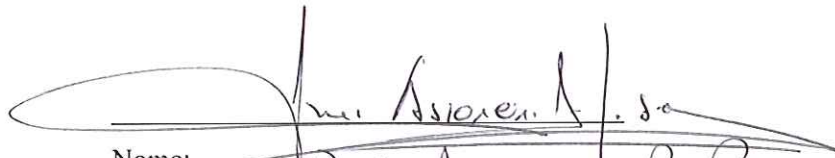
Qualidade:


Rui Asioreira Laposa
ADMINISTRADOR

Pelo Hospital CUF Porto, S.A.

Nome:


Qualidade:


Rui Asioreira Laposa
ADMINISTRADOR

Pela Somague Engenharia, S.A.

Nome:

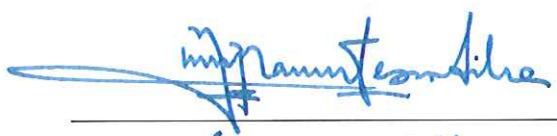
Qualidade:


José Luís Pacheco do Vale
PRESIDENTE DO CA

Pela Somague Concessões de Infra-Estruturas, S.A.

Nome:

Qualidade:


Francisco Silva
Administrador

1276

Pela Edifer Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A.

Nome: Fernando José Viotto Monteiro Paffes
Qualidade: PCA

Pela Edifer - Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Rui Luís Dias Pereira de Sousa

Nome: Rui Sousa
Qualidade: ADMINISTRADOR

Pela Quadrante Engenharia e Consultoria, S.A.

Nuno Alexandre Pires Costa

Nome: Nuno Alexandre Pires Costa
Qualidade: PRESIDENTE DA CA